

**A EUGENIA E O IMPERIALISMO COMO FUNDAMENTOS DA IDÉIA
DE PAZ SEGUNDO ADOLF HITLER**

*THE EUGENIA AND IMPERIALISM AS FOUNDATIONS OF THE PEACE IDEA
BY ADOLF HITLER*

**Fábio Antunes Vieira
Alysson Luiz Freitas de Jesus**

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG

antunesfabioantunes@gmail.com

Departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES

alfluiz@yahoo.com.br

RESUMO

Sob os postulados da “lei da natureza” e do “espaço vital”, Adolf Hitler precipitou um conflito de proporção mundial. Acerca do assunto, é notório que a produção historiográfica e a mídia internacional privilegiam o supracitado líder nazista muito mais como agente da História, do que seu sujeito. Destarte, o propósito deste trabalho é procurar abstrair uma lógica da idéia de paz para um homem que só pode ser melhor compreendido, se admitido também como um sujeito afetado pelos acontecimentos e idéias do seu tempo, particularmente, no que se presta aqui, a eugenia e o imperialismo.

Palavras-chave: Hitler, Eugenia, Imperialismo, Guerra e Paz

ABSTRACT

Under the postulates of the "law of nature" and the "living space", Adolf Hitler precipitated a conflict of worldwide proportions. Concerning the subject, it is clear that the historiographical production and international media place special emphasis on abovementioned Nazi leader as an agent of history more than its subject. Thus, the purpose of this paper is to search a logical abstraction of the idea of peace to a man who can also only be understood if admitted as the subject of the events and ideas of his time, particularly in what interests in research, eugenics and imperialism.

Key words: Hitler. Eugenics. Imperialism. War. Peace.

Tratar sobre um tema tão complexo quanto o nazismo e, para além de seus aspectos mais notórios, as idéias mais reservadas de seu líder Adolf Hitler, não é tarefa simples face as consequências sombrias de tal regime na história da humanidade. Todavia, se pelos postulados dos direitos humanos a prática da barbárie nazista seja inegável, também o é o fato de que muitas de suas justificativas repousam em idéias corriqueiras daquele momento histórico, algumas das quais com reflexos ainda bem contemporâneos. Assim, para além de concepções envoltas em juízos de valores, a pretensão deste incipiente trabalho foi investigar, sob a égide da eugenia e do

imperialismo, a construção lógica da idéia de paz preconizada pelo líder nazista, para além dos seus meros discursos públicos enquanto estadista.

O cerne de tal interesse, vincula-se a inquietude quanto à busca de uma resposta mais plausível para as ações de um homem que, para além dos aspectos que o condicionam como agente da História, só pode ser melhor compreendido se também admitido como sujeito dela. Em outras palavras, considerando que o líder nazista não deixou de ser afetado pela concatenação de acontecimentos e idéias de seu tempo, científicas ou não, é razoável afirmar que suas ações foram proporcionais ao modo como ele as concebeu, de forma a solidificar suas crenças, sobretudo as mais inatas a sua personalidade. Neste sentido, como observou Marc Bloch, não é possível “explicar plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento”¹.

Sobre a importância de se ampliar as perspectivas de estudos sobre o Nazismo, para além daquilo presumido corriqueiramente como verdade acerca do regime, é válido ressaltar que nenhum “conhecimento do passado” pode ser presumido suficientemente verdadeiro, a ponto de não admitir novas abordagens que o conduzam a um aperfeiçoamento². Neste sentido, o conhecimento advém de um infundo “processo de acumulação das verdades parciais”, cuja totalidade, assim como o limite matemático, permanece “sempre como um devir infinito”³. Assim, considerando que o “objeto do conhecimento é infinito”, uma vez que não pode ser alcançado plenamente pelo homem, a verdade absoluta também termina por ser inalcançável⁴. No caso da História, a “verdade (...) é um poliedro de infinitos lados-posições, que jamais poderá ser visto integralmente por olhos humanos”⁵.

No que concerne ao Nazismo, é certo que existe uma vasta produção historiográfica, dentre outras áreas afins. Contudo, percebe-se que tais estudos privilegiam muito mais os aspectos públicos do regime, do que a ideologia mais íntima inscrita em seu líder, realidade observável, inclusive, em vários livros didáticos. Destarte, partindo do princípio de que um dos traços da personalidade de Hitler era a demagogia, por mais contraditório que possa parecer, é possível afirmar que muitas vezes o discurso preconizado por ele enquanto estadista não correspondia plenamente suas aspirações mais pessoais. Neste sentido, Schumpeter advertiu que, no jogo político, “a primeira coisa que o homem faz por seu ideal ou interesse é mentir”⁶. Corroborando tal afirmação, Hannah Arendt enfatizou que para conhecimento dos “objetivos finais do governo de Hitler, era muito mais sensato confiar (...) no Mein Kampf do que na oratória do chanceler do Terceiro Reich”⁷. A título de exemplo, basta memorar que a defesa pública do nacionalismo alemão enquanto discurso de massa⁸ escondia na verdade as pretensões internacionalizantes do regime, ávido pela aplicação da “lei da natureza” em escala global⁹.

¹ BLOCH, Marc. *Apologia da História*, p. 60.

² BLOCH, Marc. *Apologia da História*, p. 75.

³ CARDOSO. *Os Métodos da História*, p. 19.

⁴ SCHAFF. *História e Verdade*, p. 113.

⁵ REIS. *História e Teoria*, p. 175.

⁶ SCHUMPETER. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, p. 330.

⁷ ARENDT. *Origens do Totalitarismo*, p.464.

⁸ Para efeitos deste estudo, concebe-se massa conceitualmente como um agregado de pessoas ou parcelas significativas de uma população que “não se unem pela consciência de um interesse comum (...) ou articulação de classes”, adotando posturas de neutralidade, apatia ou indiferença política, fato que termina por favorecer a cooptação destas por “meio da propaganda” ou outro instrumento de doutrinação que lhes possa atingir. ARENDT. *Origens do Totalitarismo*, p. 361 e p. 390. Na mesma linha, massa pode ser entendida como um agregado de pessoas, indiferente de hierarquias sociais e níveis de instrução formal, marcadas pela “ignorância” e “reduzido senso de

Sobre a “lei da natureza”, Hannah Arendt esclareceu tratar-se de uma “lei ‘natural’ da sobrevivência dos mais aptos” a qual, através da instituição do “terror”, o “governo totalitário” tinha a pretensão de a fazer propagar por “toda a humanidade sem o estorvo de qualquer ação humana espontânea”. Por meio de tal lei, o “governo totalitário”, particularmente o nazista, identificou e determinou a eliminação daqueles que eram considerados “inimigos objetivos” do regime, não especificamente por conta de qualquer conduta oposicionista, mas tão somente por serem admitidos como menos aptos e, portanto, um risco, pela via da miscigenação, ao processo de seleção e aprimoramento de uma espécie ou mais especificamente de uma raça. Todavia, como não há limite para a seleção natural de uma raça, a aplicação da lei deveria ter sido mantida em constante “movimento”, implicando a infinda política do terror entendida como “a essência do domínio totalitário”¹⁰, o qual “não existe espaço livre algum onde o indivíduo se pertença a si mesmo”¹¹.

Como evidenciado, a aplicação da “lei da natureza” por parte de Hitler decorria do seu entendimento quanto à necessidade da infinda seleção dos mais aptos dentre os germânicos, de modo a viabilizar a constituição de uma raça perfeita. Partindo de um conceito ligado à Biologia, é possível compreender raça humana como uma subespécie humana que se supunha diferenciada geneticamente ao longo do tempo por razões diversas, o que teria implicado, por conseqüência, distinções intelectuais, físicas e comportamentais¹². Esta compreensão em pretérito corresponde ao fato de que, se por um lado o termo racismo continua usual em termos sociológicos para caracterizar estudos vinculados ao preconceito racial, o termo raça vem sendo desconstruído pela própria Biologia a partir dos apontamentos do “projeto genoma” que, ao decifrar o mapeamento genético humano, vem refutando a própria idéia da diferenciação genética dos povos ao longo da História¹³. Entretanto, visto que o recorte temporal que versa este estudo compreende, sobretudo, os séculos XIX e início do XX, a compreensão em voga admitia tal distinção.

Particularmente ao longo do século XIX, a partir de análoga interpretação da idéia de raça descrita acima, surge o racismo científico como uma tentativa de hierarquizar as raças humanas, com supremacia daquelas ligadas fenotipicamente às brancas européias¹⁴. Assim, na busca por respostas que justificassem tal supremacia, homens como o francês Arthur de Gobineau passaram a defender a teoria de que em meio à dinâmica das raças, a supremacia

responsabilidade” política que, na inviabilidade de ações que versem sobre o bem comum, agem segundo interesses individuais e sob “influência” de “propagandas” ou outros “métodos de persuasão” política. SCHUMPETER. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, pp. 322 a 329. Sobre o poder da propaganda, Hitler afirmou que a “opinião pública das massas representa nada mais que o resultado final de uma incrível tenacidade e perfeita manipulação de sua mente e alma”. Ver revista “Holocausto – A Estratégia de Purificação Racial de Hitler”. Edição Ilustrada. São Paulo: editora Escala, p.42.

⁹ ARENDT. *Origens do Totalitarismo*, p.441.

¹⁰ ARENDT. *Origens do Totalitarismo*, p. 517.

¹¹ FEST. *Hitler*, p.497.

¹² Para a Biologia, uma raça representa uma subespécie de uma espécie, cuja característica fundamental é a capacidade de cruzamentos naturais com fins de reprodução de descendentes também férteis. Aqui, salienta-se ser está a compreensão do autor após pesquisas em vários sites pela internet, bem como após leitura do livro “Uma Gota de Sangue – História do Pensamento Racial” de Demétrio Magnoli.

¹³ Atualmente existe uma corrente predominante dentre os paleontólogos de que “todos os seres humanos atuais descendem em linha direta de uma mesma população africana, que se formou entre cem mil e duzentos mil anos atrás”. MAGNOLI. *Uma Gota de Sangue*, p. 22.

¹⁴ MEDEIROS. *Na Lei e na Raça*, p. 34.

encontraria aquela que fosse menos afetada pela miscigenação, ou seja, aquela que melhor conseguisse preservar sua matriz genética. Em outras palavras, a miscigenação enquanto troca genética entre raças diferenciadas comprometeria intelectualmente e fisicamente as gerações dela decorrentes, implicando, portanto, uma degeneração racial, idéia mais tarde partilhada e sistematizada por Hitler¹⁵.

Se a partir do racismo científico, pode-se inferir a indissociabilidade entre atraso civilizacional e contaminação genética (fato que contribuiu para o advento da missão civilizatória como justificativa pública para a colonização afro-asiática), conseqüentemente dentre os europeus uma hierarquização também foi inevitável, visto que a miscigenação era uma realidade implacável a todas as raças, distinta apenas em intensidade. Em outros termos, parafraseando a famosa máxima do inglês Rudyard Kipling, se o imperialismo é o “fardo do homem branco”, dentre os assim admitidos a algum caberia um fardo maior.

Sobre uma hierarquização dentre os europeus, uma teoria possível remonta aos momentos antecedentes a Revolução Francesa. Em meio à perspectiva revolucionária na segunda metade do século XVIII, oportunidade em que os membros do terceiro estado clamavam o fim dos privilégios da aristocracia, muitos integrantes desta, a exemplo do conde Henri de Boulainvilliers décadas antes, passaram a conceber “a história da França como a história de duas nações diferentes”¹⁶. Nesta perspectiva, a aristocracia descenderia dos francos germânicos que libertaram, por afrancesamento, a ralé galo-romana desde o século V. Assim, com base em tal teoria, na medida em que a nobreza francesa procurou justificar seus privilégios, terminou por enaltecer a matriz germânica, que desde então foi ratificada como expoente da superioridade genética branca européia. Pertinente a tal afirmação, oportunamente apropriada por Hitler, Gobineau afirmou no século XIX que “onde o elemento germânico não penetrou, nosso tipo de civilização não existe”¹⁷.

Na verdade, o mito da superioridade germânica não implicava sua pureza genética em si, mas tão somente a idéia de terem sido menos expostos aos efeitos nefastos da miscigenação. Tal entendimento classificava os alemães de origem germânica não só como um povo superior, mas também como o mais apto à busca pela perfeição genética através da eugenia, ainda que seu alcance fosse um devir infinito. Acerca da eugenia, termo cunhado pelo inglês Francis Galton (primo de Darwin) em fins do século XIX¹⁸, simploriamente é possível concebê-la como a ciência que prima pela aplicação de procedimentos racionais que contribuam para o aprimoramento genético das raças¹⁹. No que se presta aqui, as raças humanas, particularmente as brancas. Para Galton, algumas formas de alcance de resultados seria a contenção da reprodução dos considerados imperfeitos através da esterilização ou eutanásia (eugenia negativa), bem como o incentivo a casamentos com fins de reprodução dentre as parcelas populacionais selecionáveis geneticamente, o que caracterizaria a chamada eugenia positiva ou “seleção artificial”²⁰.

Pautado por tal racionalidade de modo a empreender a busca pela raça perfeita, mais que qualquer outra coisa, Hitler balizou suas ações enquanto führer do Terceiro Reich, fato que o conduziu a uma política de extermínio dos menos aptos a partir dos postulados da “lei da

¹⁵ HITLER. *Mein kampf*, p. 213.

¹⁶ ARENDT. *Origens do Totalitarismo*, p.192.

¹⁷ MARQUES. *A Medicalização da Raça*, p. 36.

¹⁸ KITCHEN. *O Terceiro Reich*, p.132.

¹⁹ MARQUES. *A Medicalização da Raça*, p. 48.

²⁰ KITCHEN. *O Terceiro Reich*, p.133.

natureza”, transformando o nazismo em um regime pautado pelo terror, como já referendado. Aqui, embora inegavelmente o anti-semitismo tenha cumprido seu papel no sentido de arraigar a idéia de nação enquanto raça dentre os alemães²¹, idéia esta indispensável ao discurso de massa nazista²², o extermínio dos menos aptos enquanto prática eugênica afetava todo o conjunto populacional sob o controle do Terceiro Reich. Neste sentido, basta memorar o programa “Ação T4”²³ que funcionou oficialmente entre 1939 e 1941, “período em que” foram “exterminadas mais de duzentas mil pessoas classificadas como criminosos psicopatas, paráliticos incuráveis, epiléticos, esquizofrênicos e doentes mentais”, em sua maioria alemães, indiferente da ancestralidade semita²⁴. Com mesmo entendimento, Dick Geary afirma que “até recentemente, as discussões sobre a política racial nazista concentravam-se no extermínio dos judeus”²⁵. Entretanto, “tem-se tornado cada vez mais claro, que o projeto de ‘higiene racial’ resultou muito mais que isso”, uma vez que “todos aqueles que os nazistas consideravam ‘doentios’ deveriam ser removidos da comunidade ariana [que viria a ser considerada] ‘racialmente pura’”²⁶. Assim, todos os esforços e sacrifícios foram empreendidos em função da “necessidade da existência de autenticidade do povo ariano”²⁷.

Também em meio aos ditames da eugenia, casamentos entre alemães classificados como germânicos foram promovidos e a natalidade incentivada pelo bem da futura raça ariana, nos moldes da eugenia positiva, anos antes defendida por Francis Galton. A partir de tais práticas, a Alemanha Nazista se tornou o primeiro país a implementar políticas eugenistas em caráter nacional, embora alguns estados norte-americanos as tenham aplicado primeiramente²⁸, servindo, inclusive, de modelo para Hitler. Nesta linha de raciocínio, “Hitler veio a acreditar que o principal papel do Estado era promover a ‘higiene racial’ e evitar a mistura racial. Subseqüentemente, o Estado nazista” incorporou “de fato esses valores eugênicos, com conseqüências perversas para os impuros”²⁹. Como visto, para ele, a “mais alta meta da existência humana não [era] a manutenção de um Estado, mas sim a conservação da raça”³⁰, pois, o primeiro depende da segunda e não o contrário. “Biologia e raça eram considerados as causas dos múltiplos problemas sociais enfrentados por um avançado Estado Moderno”³¹. Também nesta linha, Karl Dietrich Bracher salienta que “la noción fundamental de Hitler era la del papel eminente de la raza y de una fundamentación racista del futuro Reich como Imperio, para el que

²¹ A idéia de nação enquanto raça, tomando por base laços sangüíneos de ancestralidade e valorização de uma cultura comum, foi defendida pelo prussiano Johann Gottfried Herder no final do século XVIII. Teve importância para a cunhagem do nacionalismo alemão, sobretudo no contexto da unificação. MAGNOLI. *Uma Gota de Sangue*, p. 35.

²² Além de se prestar a idéia de nação enquanto raça, o anti-semitismo, ao tornar o judeu a “encarnação do princípio do mal”, serviu de “expediente demagógico útil para desfocar todos os descontentamentos” os quais os alemães estavam submetidos, sobretudo, por conta dos efeitos da I Guerra Mundial e da crise capitalista iniciada nos Estados Unidos em 1929. FEST. *Hitler*, p. 501.

²³ “O nome T4 é uma referência ao endereço das instalações centrais do programa, situadas no bairro berlinense de Tiergarten”. MAGNOLI. *Uma Gota de Sangue*, p. 48. Ver também KITCHEN. *O Terceiro Reich*, p.136.

²⁴ MAGNOLI. *Uma Gota de Sangue*, p. 48.

²⁵ GEARY. *Hitler e o Nazismo*, p. 80.

²⁶ GEARY. *Hitler e o Nazismo*, p. 80. Grifo nosso.

²⁷ FARIAS. *Heidegger e o Nazismo*, p. 213.

²⁸ KITCHEN. *O Terceiro Reich*, p.133.

²⁹ GEARY. *Hitler e o Nazismo*, p. 18.

³⁰ HITLER. *Mein kampf*, p. 43. Grifo nosso.

³¹ KITCHEN. *O Terceiro Reich*, p.135.

la organización de un Estado fuerte no era otra cosa que un instrumento y nunca una meta en sí”³².

Tomando por base as exposições até aqui apresentadas, é possível afirmar que, apreendendo acontecimentos e teorias do seu tempo, o centro das preocupações de Hitler era travar uma guerra eugênica dentro das populações que conservassem, de algum modo, a genética germânica, a fim de, não só apurá-la, como reverter seu processo de degeneração ao longo da História. O intento desta infinda busca pela futura raça perfeita geneticamente, que ele chamou de ariana, seria o domínio de um mundo marcado por disputas imperialistas entre países permeados por populações ainda mais miscigenadas, o que, para Hitler, inviabilizava qualquer discurso de paz, a menos que a mais apta lograsse êxito em seu domínio global. Aqui, é presumível que Hitler concordasse com a máxima de Gobineau, de que “a História deriva, antes de tudo, da dinâmica das raças”³³.

É notório observar que, por esta lógica, a pretensão de Hitler de domínio mundial retira do Nazismo a coerência do discurso nacionalista limitado a um território, por conta do seu objetivo internacionalizante, como defende Hannah Arendt. No mais, é válido salientar que Hitler e seu ciclo de nazistas mais íntimos não consideravam os alemães de seu tempo como uma nação, visto que, afetados pela miscigenação, a eles não cabia o conceito de raça, embora por diversas vezes em seus discursos o führer os tenha imputado tal condição a título de mentira utilitária, de modo a ocultar seus verdadeiros fins. Contudo, “apesar de sua fragilidade intrínseca, o mito fascista da nação mostrou-se eficiente”, pois, “brandindo-o exaltadamente, conseguiu recrutar adeptos em todas as classes sociais”, embora a “classe operária” tenha sido “menos envolvida pela demagogia ‘nacionalisteira’”³⁴. Todavia, para além deste utilitarismo, fato é que “os nazistas não achavam que os alemães fossem uma raça superior à qual pertenciam, mas sim que deviam ser comandados, como todas as outras nações, por uma raça superior que (...) estava nascendo (...). O império mundial ‘ariano’ (...) só viria dali a séculos”³⁵.

De modo implícito, é possível admitir que para Hitler, a paz não seria conseqüência de uma simplória vitória militar do Terceiro Reich sobre os demais impérios. Acima disso, seria resultante de uma vitória racial, baseada na “lei da natureza” e consolidada pelas práticas eugênicas, que suplantaria os próprios alemães de seu tempo, os quais ele estava disposto a sacrificar, como quaisquer outros indesejáveis, em prol de um arianismo utópico e sua necessidade de espaço vital, entendido aqui como espaço mundial e não apenas a circunscrição de territórios germânicos que se prestou ao discurso de massa. Para tanto, o imperialismo atendeu a pretensão totalitária de domínio global, sem o qual ela não seria concebível³⁶.

Acerca do imperialismo, embora o termo só tenha sido cunhado no final do século XIX, suas raízes remontam ao advento da industrialização e a conseqüente concorrência entre os países que passaram a dominá-la, sobretudo os europeus. Nesta perspectiva, como entendia Hobsbawm, a “primeira coisa que o historiador tem de restabelecer é o fato óbvio, que ninguém teria negado

³² BRACHER. *Controversias de Historia Contemporánea sobre Fascismo, Totalitarismo y Democracia*, p. 93.

³³ MAGNOLI. *Uma Gota de Sangue*, p. 24. Ver também: MARQUES. *A Medicalização da Raça*, p. 36.

³⁴ KONDER. *Introdução ao Fascismo*, pp 14-15. O baixo apelo dos discursos nazistas junto ao operariado urbano também é partilhada por GEARY. *Hitler e o Nazismo*, p. 33.

³⁵ ARENDT. *Origens do Totalitarismo*, pp 461-462. Sobre a desconstrução do nacionalismo nazista em Hannah Arendt, os interessados podem se ater, dentre outras, às páginas 23, 151, 439, 441, 442, 461 e 463.

³⁶ ARENDT. *Origens do Totalitarismo*, p.151.

nos anos 1890, de que a divisão do globo tinha dimensão econômica”³⁷. Na mesma linha, Hannah Arendt esclareceu que “na esfera econômica, a expansão correspondia ao crescimento industrial – realidade desejada e exequível, porquanto a expansão significava o aumento da produção de bens a serem consumidos”³⁸. Como evidenciado, o aspecto econômico vinculado às demandas geradas pelo advento da industrialização, configura o cerne do imperialismo para muitos estudiosos.

É certo que a industrialização iniciada na Inglaterra por volta da segunda metade do século XVIII, na medida em que fora se espalhando pelo ocidente europeu, Estados Unidos e, em menor medida Japão, desencadeou demandas por matérias primas, mercados consumidores e mão-de-obra barata em escalas superiores às suas capacidades nacionais³⁹. Soma-se a isso a disponibilidade de capitais excedentes nestes centros industriais, e as condições essenciais para um processo de expansão estão postas⁴⁰. Contudo, diferentemente da realidade atual em que, para além dos protecionismos nacionais, pode-se admitir a existência de um mercado globalizado, no século XIX, sob a égide defensiva dos estado-nações, o protecionismo operava como obstáculo a uma maior interação comercial entre as potências industriais. Com base em tal entendimento, é possível afirmar que a resultante deste binômio: necessidade de expansão e protecionismo, foi o acirramento das hostilidades, inclusive militares, entre os países industrializados, particularmente no ocidente europeu, onde a ocorrência destes era mais acentuada. Corroborando tal afirmação, Marcos Fábio Oliveira define que “a política do imperialismo continuou até (...) acontecer a partilha do mundo”, ponto a partir do qual “o confronto [passou a ocorrer] diretamente entre os capitalistas nacionais dominantes”, fato que “intensificou a concentração / centralização do capital [e o agravamento da] competição inter-capitalista”⁴¹.

De modo a assegurar suas necessidades de crescimento industrial, econômico, ou mais concretamente de reprodução do capital, as burguesias industriais impulsionaram seus governos a um processo expansionista que os conduziram necessariamente às guerras, idéia que foi corroborada por Eric Hobsbawm⁴². Nesse sentido, Max Weber discorreu que “apenas o poder” poderia decidir “a parte que” caberia “a cada nação no controle econômico da terra”⁴³. Também nesta linha, Hannah Arendt explicitou que “difícilmente se pode compreender como a concorrência entre (...) impérios armados até os dentes terminasse de outro modo que não a vitória para um e morte para os outros”⁴⁴. Neste sentido, em meio a seus discursos de massa, de modo a promover a efervescência do nacionalismo alemão que, como já descrito, ocultava seus verdadeiros anseios, Hitler reivindicou o “espaço vital” germânico ao mesmo tempo em que denunciou a voracidade imperialista de outros estado-nações, a exemplo da Inglaterra⁴⁵.

É notório que a Alemanha, muito em função de sua tardia unificação em 1871, se viu prejudicada em relação a partilha da África e da Ásia, fato que terminou por muito contribuir para o advento da Primeira Guerra Mundial. Todavia, além de derrotada na Guerra e humilhada pelo Tratado de Versalhes de 1919, viu emergir um governo republicano pouco eficaz no que tange a

³⁷ HOBBSAWM. *A Era dos Impérios*, p. 94.

³⁸ ARENDT. *Origens do Totalitarismo*, p.156.

³⁹ OLIVEIRA. *Capitalismo: da gênese à crise atual*, p. 31

⁴⁰ HUBERMAN. *História da Riqueza do Homem*. p. 226.

⁴¹ OLIVEIRA. *Capitalismo: da gênese à crise atual*, p. 32. Grifo nosso.

⁴² HOBBSAWM. *A Era dos Impérios*, p. 93.

⁴³ HOBBSAWM. *A Era dos Impérios*, p. 87.

⁴⁴ ARENDT. *Origens do Totalitarismo*, p.156.

⁴⁵ KONDER. *Introdução ao Fascismo*, p. 16.

solução dos problemas econômicos e a conciliação dos interesses políticos e sociais dos vários grupos operantes no País, realidade que contribuiu, sobretudo após os efeitos nefastos da crise capitalista deflagrada em 1929, para a ascensão de Hitler ao poder. Assim, a quem entendeu, como Norbert Elias, que o “Estado Nacional-Socialista” por ele edificado, foi a “encarnação de uma tradição sumamente opressiva e tirânica de crença e comportamento na qual era habitual exigir e esperar que, em tempos de crise nacional os indivíduos se subordinassem de maneira incondicional ao comando do Estado”, de modo a cumprirem seus “deveres para com a pátria, sem olharem as conseqüências para si mesmos e para o futuro”⁴⁶, uma vez que este decorreria das vicissitudes do führer e de ninguém mais⁴⁷. Para tanto, Hitler vendeu a idéia da edificação do Terceiro Reich, que suplantaria os demais impérios e suas populações miscigenadas, a partir da força da nação-raça aariana a ser alcançada em decorrência das práticas eugênicas.

Tomando o exposto, é plausível afirmar que a dinâmica das disputas imperialistas na primeira metade do século XX implicou, sobremaneira, no fracasso das tentativas diplomáticas de promoção da paz mundial. Na verdade, as condições de concorrência já vinham se acentuando antes mesmo do advento da industrialização e suas demandas, como afirmou Michel Foucault. Para ele, desde o século XVI os “estado-nacionais” já buscavam ocupar uns “em relação aos outros uma posição dominante”, para além das aspirações específicas da constituição de seus próprios impérios⁴⁸. Em outros termos, mais que a constituição de um império colonialista em si, a sobrevivência de um estado-nação demandava de sua constante capacidade não só de manter sua soberania, como a de procurar garantir sua hegemonia sobre os demais, realidade cuja conseqüência não poderia ser outra senão as guerras, como já evidenciado anteriormente.

Inscrito em tal realidade, Hitler compreendia como mera hipocrisia, inclusive dele próprio, qualquer discurso de paz, embora em certas oportunidades ele tenha se valido dele a título de mentira utilitária. Deste modo, é possível inferir que o líder nazista firmou entendimento de que, em meio às disputas imperialistas do seu tempo, a paz só poderia ser pensada a partir do ponto em que o domínio mundial coubesse a um único império, frente a aniquilação dos demais. Para tanto, mais que a força das armas em si, o poder de tal império deveria edificar-se na constituição de uma raça pura (obtida a partir dos postulados da eugenia), que pudesse fazer valer, em última instância, a própria “lei da natureza” em escala mundial, em relação as populações miscigenadas integrantes dos demais estados.

Destarte, a paz seria conseqüência histórica da dinâmica das raças, a qual, através da lei da natureza, a mais apta, pura, organizada enquanto nação e tendo por instrumento um estado-nacional, atingisse o domínio mundial. Para Hitler, tal domínio mundial caberia a futura raça aariana, que emergiria em meio ao Terceiro Reich, instrumento o qual tal objetivo deveria ser alcançado. Neste sentido, em meio a busca por algo que possa se prestar como uma espécie de síntese da idéia aqui apresentada, nas palavras do próprio Hitler, “talvez o conceito pacifista humanitário chegue a ser, de fato, aceitável, quando o homem que for superior a todos, tiver previamente conquistado e subjugado o mundo, ao ponto de tornar-se o senhor exclusivo desta terra” (...). Portanto, “primeiro a luta, depois talvez o pacifismo”⁴⁹.

⁴⁶ ELIAS. *Os Alemães*, p. 335.

⁴⁷ KITCHEN. *O Terceiro Reich*, pp 140-141.

⁴⁸ FOUCAULT. *Segurança, Território, População*, p. 393.

⁴⁹ HITLER. *Mein kampf*, p. 214.

Evidentemente, ainda que seja possível abstrair uma lógica em tal linha de raciocínio, como procurou-se demonstrar, algumas considerações acerca de sua utopia se fazem necessárias. Na verdade, se no plano das idéias a paz hitlerista seja hipoteticamente lógica, na prática, para além da derrota da Alemanha na Segunda Guerra Mundial, ela seria inexecutável, por conta de algumas circunstâncias já abordadas ao longo deste texto. Pelos ditames da eugenia, a melhoria genética de uma raça é de alcance ilimitado, infinito, o que implicaria na própria inviabilidade histórica da constituição da raça ariana, tão quão pragmatizada por Hitler. Na prática isso implica afirmar que sempre haveriam impuros a serem sacrificados em prol de uma raça inatingível, resultando a eterna manutenção do terror, sem a qual o próprio totalitarismo não dispõe de condições de existência. Deste modo, se a busca pela raça perfeita demandaria do constante emprego da violência, a própria paz também implicaria um devir inatingível, embora, alimentada no plano das idéias, tenha se prestado ao arcabouço das ações de Hitler.

Por fim, como intentou-se evidenciar ao longo deste texto, o imperialismo conduziu os países industrializados a um limite de concorrência destrutiva no início do século XX. Neste cenário, pelos ditames da eugenia, a hegemonia mundial caberia ao estado constituído por uma raça geneticamente superior a ser atingida, que ratificaria a paz a partir do aniquilamento dos menos aptos. Pautado por tal compreensão e subsidiado por teorias que faziam crer ser o povo alemão de origem germânica o mais apto do ponto de vista genético, Hitler empreendeu um governo devotado a conquista da raça perfeita que pudesse garantir a supremacia global do Terceiro Reich a um ponto que, inviabilizada a concorrência imperialista, a paz pudesse ser idealizada como consequência.

Pelo viés deste estudo, é possível refutar a idéia comumente aceita, inclusive em livros didáticos, de que o nacionalismo configura uma das características fundamentais do nazismo enquanto prática ideológica, a menos que o regime pudesse ser segregado do hitlerismo, o que também pode ser pensado como um estudo possível de maior envergadura. Por fim, admitindo ser oportuna a retomada da discussão acerca de ciência e verdade, cumpre deixar claro não ser objetivo deste insipiente estudo, o qual intenta-se aprofundar, ser apresentado com tal pretensão, pois, por mais que a objetividade seja buscada, “a história é uma fabricação do historiador”⁵⁰.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Anti-semitismo, Imperialismo, Totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRACHER, Karl Dietrich. *Controversias de Historia Contemporánea Sobre Fascismo, Totalitarismo y Democracia*. Traducción: Carlos López Castillo. Barcelona: Alfa, 1986.

⁵⁰ REIS. *História e Teoria*, p. 170.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Hector Perez. O Método Comparativo na História. In: *Os Métodos da História*. 3ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

ELIAS, Norbert. *Os Alemães*. A Luta pelo Poder e a Evolução do Habitus nos Séculos XIX e XX. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

FARIAS, Victor. *Heidegger e o Nazismo*. Tradução: Sieni Maria Campos. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

FEST, Joachim. *Hitler*. 2ed. Tradução: Analúcia Teixeira Ribeiro. et al. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. Volume 2.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GEARY, Dick. *Hitler e o Nazismo*. Tradução: Alexandre Kappaun. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HITLER, Adolf. *Minha Luta*. Tradução: Klaus Von Puschén. São Paulo: Centauro, 2001. Título Original: *Mein Kampf*.

HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. 10ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. 21ed. Rio de Janeiro: LTC, 1995.

KITCHEN, Martin. *O Terceiro Reich*. Carisma e Comunidade. Tradução: Marcos Malvezzi. São Paulo: Madras, 2009. Original: *The Third Reich: charisma and community*.

KONDER, Leandro. *Introdução ao Fascismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

MAGNOLI, Demétrio. *Uma Gota de Sangue*. História do Pensamento Racial. São Paulo: Contexto, 2009.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A Medicalização da Raça*. Médicos, Educadores e Discurso Eugênico. Campinas: Unicamp, 1994.

MEDEIROS, Carlos Alberto. *Na lei e na Raça*. Legislação e Relações Raciais, Brasil-Estados Unidos. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

OLIVEIRA, Marcos Fábio; RODRIGUES, Luciene (Orgs). *Capitalismo: da gênese a crise atual*. Montes Claros: Editora Unimontes, 1999.

REIS, José Carlos. *História e Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1984.

Recebido para publicação em 13 de junho 2017
Aceito para publicação em 22 de agosto de 2017